

Meta do ajuste é alongar a dívida interna

Ana Araújo

HELIVAL RIOS

O realongamento do perfil da dívida interna pública federal vem se destacando, entre os trabalhos elaborados no Ministério da Fazenda, como um dos principais pontos do programa de ajuste econômico do governo, cujo esboço estará pronto ainda na primeira quinzena de março. Segundo garantem assessores do ministro Paulo Haddad, da Fazenda, essa redefinição não seguirá os moldes argentinos — de forma unilateral, com um alongamento de dez anos de prazo e quatro anos de carência. No Brasil, tudo correrá de maneira mais soft.

Na equipe técnica que prepara o novo programa de estabilização econômica já existe praticamente um consenso pela utilização de parte das reservas internacionais do País, hoje ao redor de US\$ 20 bilhões, como lastro de novos títulos fortes que devem ser lançados pelo governo, mediante prazos mais longos.

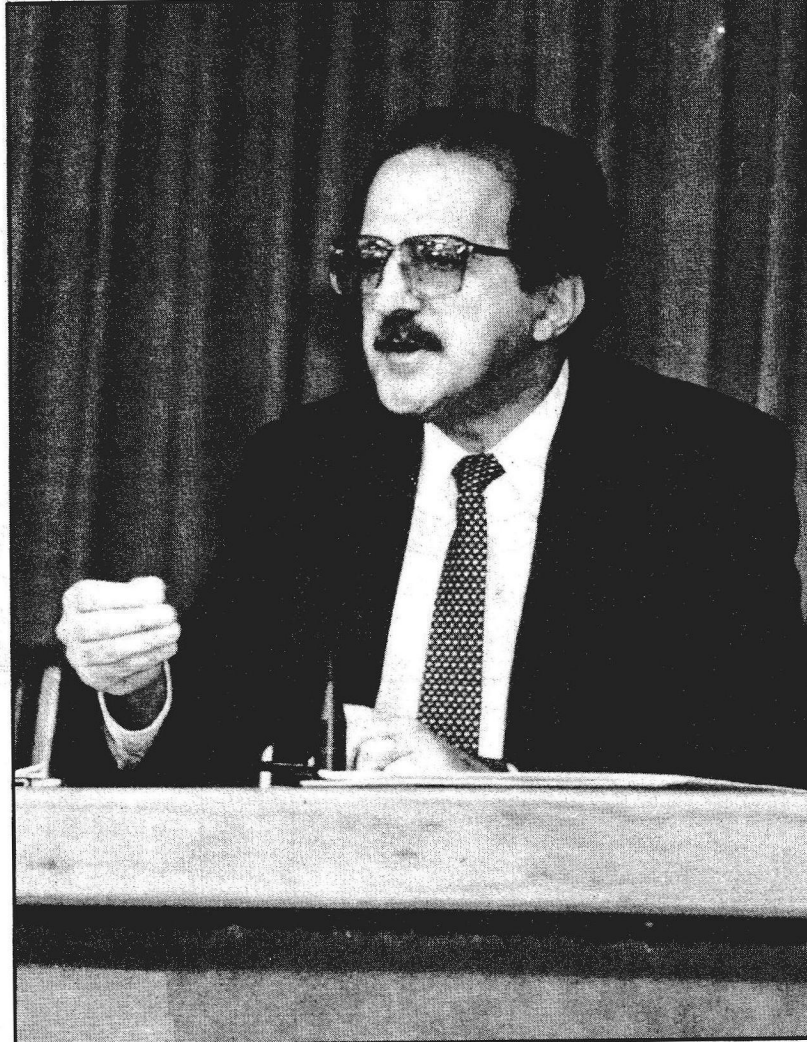
Um outro consenso é o do lançamento de títulos sem cláusula de recompra, o que significará um teste de credibilidade para o governo. Se o novo programa convencer o mercado quanto às suas reais perspectivas de acerto, esses títulos po-

derão ter grande aceitação.

A renegociação da dívida pública interna será um dos pontos mais importantes do novo programa de estabilização econômica, em razão dos efeitos sobre a inflação e sobre as taxas de juros domésticos.

Na realidade, a redefinição já começou a ser feita pela reforma fiscal em tramitação no Congresso: aprovada a reforma, o governo vai dispor de recursos para avançar no resgate líquido de títulos públicos, num primeiro estágio, e em seguida no relançamento de títulos com prazos mais longos. A idéia é ir puxando os prazos de resgate de títulos para períodos que vão se alongando na proporção direta de uma maior credibilidade do mercado no governo e no programa de estabilização que se pretende adotar. Este movimento deverá derrubar as taxas de juros e alongar os prazos de todas as aplicações no País.

O governo entende que a colocação de títulos de longo prazo somente poderá ser feita, efetivamente, a partir do êxito da estabilização. Mas, mesmo antes disso, é possível alongar mais os atuais prazos, extremamente curtos, valendo-se, já, de uma melhoria na credibilidade e também de títulos fortes lastreados em reservas externas.



Haddad quer renegociar a dívida interna com credibilidade